

6

Considerações finais

6.1. O AMARALISMO NO RIO DE JANEIRO

Amaral Peixoto, como vimos no decorrer deste trabalho, formou e consolidou um grande grupo político, que comandou o estado por duas décadas e continuou a ter influência mesmo após o embate com Chagas Freitas e a fusão. Podemos afirmar que a formação do amaralismo no Rio de Janeiro teve como suporte as municipalidades. Foi na esfera municipal que Amaral Peixoto conseguiu arregimentar um grande contingente de políticos que propiciaram a base de seu domínio. A formação e consolidação do amaralismo, cujo domínio na política fluminense estendeu-se até a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, basearam-se, portanto, em uma política realizada com forte inserção nos municípios, sobre os quais o Interventor mantinha o controle através de concessões políticas e econômicas.

Podemos afirmar, ainda, que o projeto político da interventoria Amaral Peixoto de sedimentar um bloco político foi bem sucedido, uma vez que ele se manteve estável por todo o período do Estado Novo no cargo e, posteriormente, com a democratização do país, comandou a formação do PSD no Rio de Janeiro, partido que conseguiu se manter no poder por quase duas décadas.

Mais do que um grupo, Amaral Peixoto construiu um estilo de fazer política, compartilhado por lideranças municipais e estaduais. Podemos afirmar, a partir daí, a criação de uma cultura política amaralista.

Para que possamos fazer esta discussão, devemos explicitar o que entendemos por uma cultura política. A noção de cultura política é também importante para a presente proposta. De acordo com Serge Bernstein,

a cultura política é um sistema de representações fundado sobre uma determinada visão de mundo, sobre uma leitura significativa, senão exata, do passado histórico, sobre as escolhas de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, conforme os modelos retidos, e que se expressa

através de um discurso, código de símbolos, de ritos que a evocam sem que uma outra mediação seja necessária.¹

Segundo Angela de Castro Gomes, a cultura política permite pensarmos explicações e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, sendo necessário compreender os códigos culturais e as orientações de seus atores conforme seu espaço e tempo de atuação. É importante ressaltar que o conceito de política foi ampliado e sua ação ultrapassava o campo político. Assim sendo, compreende-se que as relações de poder são próprias às relações sociais e capazes de propiciar o entendimento dos sentidos que os grupos atribuem à realidade social de seu tempo.²

A cultura política fornece instrumentos capazes de realizar uma análise a respeito da identidade dos grupos na sociedade. Ou seja, utilizamos esta noção como método de análise do grupo amaralista para articular um modelo interpretativo de sua rede de sociabilidade e como essa relação era construída. Desta forma, a noção de cultura política passa a ser importante para a explicação do comportamento político dos indivíduos, com destaque para a forma como os valores culturais são componentes internos da tomada de decisão.

O processo de socialização possui grande influência no comportamento político, pois o grau de homogeneidade de um grupo está diretamente relacionado ao controle dos governos sobre os indivíduos e a sociedade. Neste aspecto, é importante desenvolvermos uma reflexão sobre o amaralismo no estado do Rio de Janeiro, pensando se podemos classificá-lo como cultura política fluminense, uma vez que o quadro era de indefinição política até o ano de 1937, quando Amaral Peixoto assumiu o cargo de Interventor e deu início ao domínio de seu grupo na política fluminense.

Já identificamos nos capítulos anteriores que Amaral Peixoto constituiu uma forte máquina política, seja no período do Estado Novo ou no período democrático. Durante sua passagem pela interventoria estadual, construiu toda a

¹ Serge Bernstein. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

² Angela de Castro Gomes. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: **Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

sua base de sustentação política, seja em seu meio ou em relação aos habitantes do antigo estado do Rio de Janeiro.

Pensando em cultura política como um conjunto de práticas comuns a um determinado grupo, com características próprias que se mantêm inalteradas e são reconhecidas pelos grupos envolvidos, podemos classificar o amaralismo como uma cultura política. Durante os quase 20 anos entre a interventoria e o fim de seu mandato como governador, estendendo-se até o período da fusão com a Guanabara, Amaral Peixoto exerceu um incontestável domínio na política fluminense. Mesmo afastado do executivo estadual, seu grupo continuou a ser reconhecido e exercia grande influência nas decisões políticas.

Em 1937, ano em que foi indicado para a interventoria, Amaral Peixoto era um estrangeiro na política local. Para diminuir as resistências em torno de seu governo, o interventor articulou o apoio do grupo macedista e começou a impor um estilo diferente de governo, viajando por todo o estado para estreitar suas relações com os políticos locais e conquistar o apoio das lideranças municipais. O rompimento com o grupo liderado por José Eduardo de Macedo Soares ocorreu após a constatação do interventor e de políticos ligados a ele que a confiança de vários chefes políticos locais estava conquistada e Amaral Peixoto seria capaz de formar e liderar seu próprio grupo.

Durante todo o período do Estado Novo, Amaral Peixoto exerceu sua liderança de forma personalista, sempre mantendo contato direto com prefeitos e líderes municipais através das viagens e reuniões que realizava com estes. Neste período, seria fundamental manter sob controle as municipalidades através das negociações com seus mais destacados políticos, já que não havia eleição para os cargos executivos durante o regime autoritário liderado por Getúlio Vargas.

Com o fim do Estado Novo e o início do período democrático, o grupo amaralista sofreu seu primeiro golpe. Após a eleição de Edmundo Macedo Soares, candidato da UDN apoiado por Amaral Peixoto, o Governador rompeu o compromisso que havia assumido com o Comandante. Durante este período, Edmundo tentou atrair através de concessões e ameaças integrantes do grupo político dominante visando enfraquecer o amaralismo e tornar-se o chefe político do estado. Entretanto, suas ações não surtiram o efeito desejado e nas eleições seguintes Amaral Peixoto retomaria o posto de chefe do executivo fluminense com uma grande votação. Este período em que esteve afastado do executivo

fluminense é importante para comprovarmos que, apesar das relações de clientela desenvolvidas por Amaral Peixoto enquanto interventor, existia uma noção de pertencimento por parte dos políticos fluminenses em relação ao amaralismo.

Ao retornar ao poder em 1951, agora por intermédio dos votos dos fluminenses, Amaral Peixoto manteve o seu estilo de fazer política. A mudança do sistema político não impediu que as práticas desenvolvidas por ele no Estado Novo continuassem a ser postas em prática. Evidentemente, com a formação dos partidos e de alianças para a eleição estadual, a instância de negociação e as obrigações seriam outras.

Amaral Peixoto exerceu o papel de mediador entre os líderes municipais e as instâncias estadual e federal de poder e também entre os eleitores e seus representantes. Ao exercer este papel, sua obrigação era garantir os acessos que demandam os envolvidos nestas relações e também usufruir as benesses que estes acessos podem lhe garantir. Estas relações, consideradas clientelistas, não devem ser analisadas apenas sob a ótica da troca de benefícios. Ao realizar estes procedimentos para garantir a formação de um grupo político capaz de dominar o cenário político estadual e garantir a vitória nos pleitos que viriam a seguir, Amaral Peixoto e seus correligionários assumem uma obrigação com relações mais amplas que instituem obrigações morais entre os envolvidos. Devemos lembrar que o grupo amaralista permaneceu por um longo período como dominante no Rio de Janeiro, sendo afastado do poder apenas quando se deparou com um grupo tão forte e articulado como o que havia formado quase quatro décadas antes.

Outro ponto determinante para afirmarmos que o amaralismo configurou-se como uma cultura política fluminense são as questões do vínculo, a noção de pertencimento ao grupo. Percebemos que os políticos do grupo amaralista possuíam esta noção de pertencimento e freqüentemente apelavam ao seu líder político auxílio em determinadas situações e lembravam ao Comandante que estavam com ele desde sua entrada no cenário político estadual, sempre apoiando suas ações.

Se com relação aos políticos a questão da noção de pertencimento é importante para classificarmos o amaralismo como uma cultura política, no que

diz respeito aos eleitores a questão primordial é o voto. De acordo com Kuschnir³, a troca é uma dimensão fundamental do voto, sendo esta troca uma escolha racional do eleitor para potencializar seus dividendos, o que acaba por incluir estes indivíduos em redes sociais e simbólicas também no âmbito político.

Devemos considerar também ao analisarmos o amaralismo como uma cultura política o compartilhamento de valores e crenças entre os membros do grupo e, no período democrático, com os eleitores. Ainda de acordo com Kuschnir, é necessária a manutenção dos vínculos culturais com seus eleitores. Esta manutenção não está representada apenas pelas “trocas” que são realizadas, mas também pela via da continuidade, de “não mudar” suas práticas. Neste aspecto, percebemos que essa foi a estratégia elaborada por Amaral Peixoto em sua campanha para a sucessão de Edmundo Macedo Soares no governo do estado. Ao lançar sua candidatura, essa foi a sua “promessa de campanha”, manter o mesmo estilo de fazer política que havia implementado durante o Estado Novo, apesar das diferenças entre os dois momentos. Além disso, apesar das constantes perseguições a membros de seu grupo durante o período em que esteve afastado do executivo estadual, Amaral Peixoto relatou em suas memórias que frequentemente defendia os interesses de seus correligionários perante o governador, mesmo sabendo que teria dificuldades em conquistar os resultados esperados por eles com sua intervenção. Com estas medidas, Amaral Peixoto construía vínculos mais fortes, que ultrapassavam os limites do clientelismo e tornavam-se vínculos culturais.

Consideramos, então, o Amaralismo como a cultura política dominante no estado do Rio de Janeiro ainda que suas práticas políticas não sejam “originais” ou diferenciem este dos demais grupos políticos. Para afirmarmos isto levamos em consideração o fato dos políticos possuírem a noção de pertencimento àquele grupo e a capacidade deste grupo de reforçar seus laços eleitorais, já que em uma sociedade complexa existem diversas visões de mundo, e entre estas visões (na esfera política) sobressaiu-se o amaralismo.

³ Karina Kuschnir. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, Núcleo da Antropologia da Política, 1999.